



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 13749.720077/2015-92  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 2301-004.818 – 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 20 de setembro de 2016  
**Matéria** IRPF: GLOSA DE COMPENSAÇÃO  
**Recorrente** IVAN FERREIRA PINTO  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Ano-calendário: 2011

IRRF RETIDO E RECOLHIDO. DIREITO A COMPENSAÇÃO.

Comprovada a retenção com alvará judicial e outros documentos coincidentes com os valores declarados pelo contribuinte é procedente o direito à compensação no ajuste anual.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário, nos termos do voto do relator.

João Bellini Junior - Presidente

Julio Cesar Vieira Gomes - Relator

Participaram do presente julgamento os conselheiros: JOAO BELLINI JUNIOR, JULIO CESAR VIEIRA GOMES, ALICE GRECCHI, ANDREA BROSE ADOLFO, FABIO PIOVESAN BOZZA e GISA BARBOSA GAMBOGI NEVES.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto contra decisão de primeira instância que manteve a glosa de compensação de valor supostamente não retido pela fonte pagadora que, no entanto, foi declarado pelo recorrente no ajuste anual do imposto:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA -  
IRPF*

*Exercício: 2012*

*IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. COMPROVAÇÃO.*

*Mantém-se a glosa de compensação do imposto de renda,  
quando não comprovada a retenção.*

*Impugnação Improcedente*

*Crédito Tributário Mantido*

...

*Trata-se de Notificação de Lançamento (fls. 34/37) por compensação indevida de imposto de renda retido pela fonte pagadora Sul América Companhia Nacional de Seguros, por meio da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 20.897,47, resultando no crédito tributário de R\$ 24.291,77, calculado até 30/01/2015.*

Contra a decisão, o recorrente interpôs recurso voluntário alegando em síntese as razões trazidas na impugnação e juntando aos autos os documentos indicados na decisão recorrida como necessários para a comprovação da retenção pela fonte pagadora, fls. 56 e s:

*Discordando da notificação, o contribuinte apresentou impugnação tempestiva parcial (fls. 03 e 05/06), alegando que o valor contestado refere-se ao imposto de renda retido na fonte incidente sobre verbas recebidas em virtude de ação judicial que foram devidamente oferecidas à tributação na declaração de ajuste anual. Apresenta documentos de prova.*

*Informa que no dia 07/12/2011, recebeu a quantia líquida de R\$ 73.351,02, por meio de depósito judicial feito pela Sul América Cia. Nacional de Seguros, CNPJ 33.041.062/0001-09, através da instituição financeira Banco do Brasil S/A (doc 01). Não tendo a fonte pagadora, dentro do prazo legal, enviado o informe de rendimentos, solicitou o referido documento na própria Receita Federal do Brasil - RFB, em 09/04/2012 (doc. 02). Sem obter resposta da RFB, solicitou de seu advogado as informações necessárias para elaboração de sua DIRPF/2012, o que foi feito através de e-mail, datado de 11/04/2012 (doc 03). Em 13/04/2012 fez a entrega de sua DIRPF/2012 (doc 04), com as informações necessárias, corretas e verdadeiras, preocupado em não se passar por sonegador.*

*Informa ainda que, para piorar mais sua situação, procurou a RFB, com intuito de fazer prova, conseguiu um informe de rendimentos, através de CONSULTAR CPF - DIRF BENEFICIÁRIO, em 09/02/2015 (doc 07), totalmente errado pelo Banco do Brasil, daquele rendimento auferido em 2011, precisamente em 07/12/2011, informando a RFB que a fonte pagadora seria o próprio banco, no entanto o Banco do Brasil é tão somente a instituição financeira onde houve o depósito judicial, e a fonte pagadora é a Sul América, além disso declarou o BB que os rendimentos foram auferidos em junho de 2013, o que prejudicará mais ainda o contribuinte, que nada declarou no ano base 2013 sobre esses rendimentos.*

*Alega que uma das questões importantes é que em 2011 fez uma aplicação, no valor de R\$ 72.000,00, no próprio Banco do Brasil S/A, com o dinheiro recebido daquele levantamento de depósito judicial em 07/12/2011, que é prova cabal que os rendimentos foram auferidos naquele ano e não em 2013. Considera-se muito prejudicado, pois aos oitenta e três anos aguarda há três anos a restituição do IRPF/2012 e também num enorme impasse, pois a RFB ao considerar que o rendimento ocorreu em 2013, irá passar por sonegador, e ainda por cima não terá como justificar sua aplicação financeira, feita em 2011.*

*Solicita a desconstituição do crédito tributário, que sejam notificadas as fontes pagadoras Sul América e Banco do Brasil a procederem a retificação de suas DIRF a fim de informarem a verdade dos fatos (rendimentos auferidos em 2011 em que a verdadeira fonte pagadora é a Sul América) e a restituição conforme DIRPF/2012.*

É o Relatório.

**Voto**

Conselheiro Julio Cesar Vieira Gomes, Relator

Atendidos os pressupostos processuais, conheço do recurso.

À época da impugnação o recorrente buscou demonstrar a retenção sofrida com documentos que foram insuficientes para a comprovação do alegado. Inclusive, a fonte pagadora Banco do Brasil somente informara a retenção na DIRF 2013, o que não correspondia à declaração de ajuste anual e nem aos demais documentos juntados. A fiscalização fora diligente tentando sem sucesso comprovar as informações através de consulta processual no site do TRT da 1ª Região.

No recurso voluntário, contudo, foram trazidos aos autos justamente os documentos entendidos pela decisão recorrida como necessários para a comprovação de que o recorrente sofrera a retenção no valor declarado, em especial documento bancário e o alvará judicial com a informação, fls. 58 e s.

Constata-se dos documentos às fls. 58/59 informação sobre o processo tendo como réu a Sul América Seguros e uma retenção de R\$ 24.999,54, superior ao valor declarado pelo recorrente.

Assim, voto por dar provimento ao recurso voluntário.

É como voto.

Julio Cesar Vieira Gomes